



Exame Final Nacional de História A Prova 623 | Época Especial | Ensino Secundário | 2018

12.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho

Duração da Prova: 120 minutos. | Tolerância: 30 minutos. | 13 Páginas

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

Não é permitido o uso de corretor. Risque aquilo que pretende que não seja classificado.

Para cada resposta, identifique o grupo e o item.

Apresente as suas respostas de forma legível.

Apresente apenas uma resposta para cada item.

As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, selecione a opção correta. Escreva, na folha de respostas, o grupo, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

Nas respostas aos itens que envolvem a produção de um texto, deve ter em conta os conteúdos e a sua organização, a utilização da terminologia específica da disciplina e a integração da informação contida nos documentos.

Nos termos da lei em vigor, as provas de avaliação externa são obras protegidas pelo Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos. A sua divulgação não suprime os direitos previstos na lei. Assim, é proibida a utilização destas provas, além do determinado na lei ou do permitido pelo IAVE, I.P., sendo expressamente vedada a sua exploração comercial.

GRUPO I

UNIDADE E DIVERSIDADE NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO IMPERIAL ROMANO

Gemma Augustea - objeto de adorno (23x19 cm) (século I d.C.)



Tradução:

- 1 Tibério, imperador que sucedeu a Augusto.
- (2) Deusa Vitória.
- (3) Germânico, sobrinho-neto de Augusto, sobrinho e filho adotivo de Tibério.
- 4 Deusa Roma.
- (5) Augusto a receber a coroa cívica; a seus pés, uma águia, que simboliza o deus Júpiter.
- 6 Oikoumene, personificação do mundo civilizado.
- 7 Oceanus ou deus Neptuno.
- (8) Tellus Italiae, deusa Mãe-Terra e personificação da Itália.
- (9) Submissão dos Bárbaros por soldados romanos.

www.khanacademy.org/humanities/ancient-art-civilizations/roman/early-empire/a/gemma-augustea (consultado em 08/01/2018) (adaptado).

- 1. A expansão e consolidação do império romano assentou na
 - (A) pax romana, reforçada pela integração efetiva no espaço civilizacional romano das regiões dominadas e pela sua aculturação.
 - **(B)** guerra permanente contra os povos bárbaros, cujo desenvolvimento económico e cultural ameaçava a supremacia romana no *mare nostrum*.
 - (C) defesa intransigente da superioridade dos habitantes da Mãe-Itália, aos quais eram aplicadas, em exclusivo, as leis romanas.
 - (D) recusa de uma política de tolerância face aos povos submetidos, negando-lhes a possibilidade de acesso à cidadania romana.

2. O documento reflete

- (A) a afirmação da religião romana e a dissuasão da prática de outros cultos em todas as regiões do império.
- (B) a exaltação das virtudes do imperador e o elogio da ação civilizadora de Roma sobre os povos do império.
- (C) o reconhecimento da existência de limites cívicos e de limites religiosos ao poder imperial.
- (D) o elogio das virtudes dos membros do Senado e a crítica à divinização do imperador.
- 3. Na Gemma Augustea (documento), o relevo caracteriza-se
 - (A) pelo seu pragmatismo, o que reflete a influência de padrões culturais gregos.
 - **(B)** pela sua monumentalidade, o que reflete a originalidade da cultura romana.
 - (C) pelo movimento e pela representação idealizada da figura do imperador.
 - (D) pela rigidez de posições e pela representação estilizada da família imperial.

GRUPO II

O MOVIMENTO OPERÁRIO PORTUGUÊS ENTRE OS BLOQUEIOS DA MONARQUIA E AS ESPERANÇAS ABERTAS PELA REVOLUÇÃO DE 5 DE OUTUBRO DE 1910

Petição dos delegados da Associação de Classe das Indústrias Têxteis da Covilhã **ao novo regime –** *A Capital* (25/10/1910)

Se dúvidas pudessem existir sobre a proteção que a República Portuguesa promete dispensar às classes operárias, essas dúvidas deviam desaparecer em face do acolhimento dado pelo Governo Provisório ao pedido que lhe foi feito pelos delegados do operariado da Covilhã [...] para a cedência da igreja e da casa anexa deixadas pelos jesuítas [...]. Esse 5 pedido, ponderado pelos senhores doutores Teófilo Braga, António José de Almeida e Afonso Costa, mereceu de todos o mais completo apoio. [...]

Há dez anos a Covilhã ainda desconhecia as mais rudimentares reivindicações operárias. [...] Quando os primeiros impulsos de revolta se esboçaram no espírito dos operários, o jesuitismo, de mãos dadas com industriais reacionários que sentiam ameaçados os seus interesses, desencadeou uma enorme repressão, atirando para a miséria aqueles poucos operários que tiveram a audácia de reagir. É que, nesse tempo, ainda não havia um sindicato, e o capital nada tinha a recear do único inimigo que o assusta – a greve.

O despertar do operariado da Covilhã começou a tornar-se notado pelos trabalhadores de Lisboa, e não tardou que alguns corressem a orientar os seus novos companheiros de 15 luta. Lançou-se a ideia de um sindicato e, dentro em pouco, já existiam duas agremiações operárias [...]. A luta entre o trabalho e o capital tornou-se então mais intensa [...]. Sobrevieram as grandes greves de 1904 e de 1905 [...]. Fundou-se mais um sindicato, o das indústrias têxteis, que englobou os dois já existentes, tornando-se um núcleo poderosíssimo. [...] Uma das reivindicações era o estabelecimento de uma tabela que uniformizasse os salários em 20 todas as fábricas: a falta dessa tabela representava um prejuízo enorme para o operariado. Os industriais [...] baixavam o preço das fazendas, socorrendo-se de toda a série de falsificações, que tornavam os tecidos verdadeiramente inaceitáveis. [...] A perseverança dos trabalhadores foi mais forte e, no dia 1 de maio do corrente ano, conseguia-se [...] um aumento de 900 réis, em média, cada semana. [...]

O sindicato, ao pedir agora a cedência da igreja e casa anexa, tem em vista realizar uma obra de extraordinário alcance social. [...] Uma vez na posse do edifício, os operários transformarão a igreja num salão para conferências e festas de caridade [...]. Com a criação de uma escola noturna para todos os operários [...] e com a fundação de uma biblioteca, conseguirão os operários não só cultivar o espírito dos mais atrasados, mas principalmente desviá-los da taberna, que é ainda um dos mais terríveis cancros da cidade da Covilhã. [...] Assim, a Covilhã entrará numa era de prosperidade e de civilização, tanto mais que o sindicato espera conseguir a adesão do elemento feminino, que até agora andava afastado do movimento operário, mercê da influência perniciosa da religião.

> A Capital, 25 de outubro de 1910, pp. 1-2, in http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/ Periodicos/ACapital/1910/Outubro/Outubro_master/ACapitalN93a125.pdf (consultado em 05/01/2018) (texto adaptado).

25

- **1.** Transcreva uma afirmação do documento que mostre uma das razões da fraca competitividade da indústria têxtil da Covilhã, na época.
- **2.** Explicite duas estratégias de ação do movimento operário em Portugal, em finais do século XIX e inícios do século XX, presentes no documento.

As duas estratégias devem ser articuladas com excertos do documento.

3. Apresente duas consequências políticas do movimento revolucionário do 5 de Outubro de 1910, esclarecendo a importância que tiveram na criação de um novo regime.

Uma das consequências deve ser articulada com a informação contida no documento.

GRUPO III

MUDANÇAS NA POLÍTICA, NA CULTURA E NAS MENTALIDADES NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Documento 1

Uma visão da revolução soviética – gravura de Almada Negreiros no *Diário de Lisboa* (12/02/1924)



Documento 2

Política económica e social soviética de 1917 à década de 1930, segundo o conde de Penha-Garcia* – *Diário de Notícias* (05/03/1931)

O Estado, para Lenine, é uma máquina sabiamente inventada para oprimir os homens. Exclui toda a possibilidade de liberdade e de individualidade. Tem a sua teoria económica, que deve ser rigorosamente seguida: o coletivismo. [...]

Em novembro de 1917, pôde Lenine realizar a sua grande experiência do marxismo, decretando o controlo operário da produção na indústria [...]. Em março de 1918, um novo decreto modificava a organização da indústria, que ficava inteiramente submetida à direção do Estado. O sistema não conseguiu funcionar, e a produção industrial ficou reduzida a 6% da produção do período de antes da guerra! O Estado soviético recorreu então a um sistema inteiramente capitalista: foi a era da política da NEP [...].

Em 1928, a política económica dos sovietes mudou de novo. [...] O governo declarou guerra aos *kulaks*. Em breve, essa política criou legiões de desempregados nos campos. Ao mesmo tempo, o agricultor, para fugir ao imposto, tratava de reduzir a sua exploração ao mínimo necessário. [...]

Para se realizar o plano quinquenal, é necessário que a exploração rural seja verdadeiramente coletiva ou do Estado (kolkhoze ou sovkhoze). [...] Uma disciplina de ferro nas fábricas e o aumento das horas de trabalho devem permitir uma grande diminuição do preço de custo. [...]

Ao mesmo tempo o governo reduz a população a um consumo muito restrito de tudo quanto é necessário à vida. [...] Desta forma é possível financiar o plano grandioso de reconstrução económica e edificar gigantescas centrais elétricas, fábricas de construção de tratores e de máquinas agrícolas, fábricas de automóveis e de camiões, etc. [...]

No dia 11 de outubro de 1930, o governo soviético publicava um decreto que praticamente institui o trabalho forçado em todo o território. [...] Esta medida é acompanhada de execuções em massa de técnicos acusados de traírem o plano quinquenal. Ao mesmo tempo aumenta o número de prisioneiros nos campos de concentração e de trabalho, em péssimas condições higiénicas e com uma alimentação insuficiente. [...]

Assim, a falência do regime idealizado por Lenine é manifesta. [...] A grande revolução russa teve até agora três resultados incontestáveis: inúmeros crimes e morticínios inúteis, anarquia e desorganização económica e vitória do Estado patrão, o mais poderoso dos capitalistas modernos.

Documento 3

20

25

Política económica e social soviética de 1917 à decada de 1930, segundo o jornal *Avante** (16/04/1931)

O capitalismo agonizante, caduco, espuma de raiva ao ver que os sovietes, paralelamente à decadência capitalista, constroem o Estado Socialista. [...]

A burguesia internacional, depois que a revolução russa triunfou, ameaçando o capitalismo internacional, tem falseado grosseiramente a política económica e social dos sovietes, lançando a calúnia de que os operários estão sujeitos a um regime de trabalho forçado. [...]

Um povo como o russo, submetido ao mais cruel dos despotismos que a História regista, não podia libertar-se facilmente da secular tirania que o dominava até 1917 [...]. [Ao nível da política agrícola] havia que contar com os padres e a burguesia, obedientes à contrarrevolução, usando da sabotagem, incendiando as colheitas e não cultivando mais do que o indispensável para a vida caseira. Lenine, com a visão clara da situação, deu um passo atrás, e preparou-se, como nas retiradas militares, para a ofensiva. Criou a política da NEP, dando algumas facilidades aos pequenos proprietários, seguro de que uma organização inteligente no cultivo das terras, pelo sistema coletivista, absorveria os *kulaks*.

Em que medida se tem realizado esta política de Lenine, tão inteligentemente seguida por 15 Estaline? [...]

As informações que a este respeito nos dá um camarada soviético são as seguintes: «A superfície semeada aumentou. [...] O número de trabalhadores assalariados aumentou. Isto resultou na extinção total do problema do desemprego forçado, logo no fim do segundo ano do plano quinquenal. Em 1 de outubro de 1930, o número de operários desfrutando a jornada de 7 horas foi de 43,5%, contra 19,1% no primeiro ano. Os salários dos operários foram aumentados nestes dois anos do plano quinquenal em 12,1%.» [...]

Agora, senhor conde de Penha-Garcia, dir-lhe-ei como vivo no nosso país. Eu simbolizo os operários portugueses. [...] Vivo numa cabana forrada de lata, feita por mim, nos arredores da cidade. Apesar de ser operário qualificado, estive sete meses sem ganhar o indispensável para as necessidades dos meus. Há alguns dias encontrei trabalho: dez horas diárias extenuantes por dez escudos. [...] Qual é a minha liberdade, o direito que me dais dentro desta sociedade? [...]

^{*} José Penalva Franco Frazão (1899-1963), 2.º conde de Penha-Garcia – político e economista, ministro da Agricultura em 1932-1933, entre outros cargos.

Quanto a liberdades, nunca as tive. Nem ao menos lhe posso dizer quem sou, e onde vivo, para comprovar as minhas afirmações, pois que estou certo de que não seria V. Ex.ª quem se apresentaria à porta da minha barraca, mas sim a polícia de informações para me mandar para a África como um elemento perigoso para a tranquilidade pública.

- 1. A gravura apresentada no documento 1 reflete
 - (A) a persistência da estética naturalista.
 - (B) a estilização do desenho das figuras.
 - (C) o uso de técnicas académicas do desenho.
 - (D) o recurso a elementos da estética futurista.
- Explicite duas características da emancipação feminina afirmada nas primeiras décadas do século XX.
 As duas características devem ser articuladas com a informação contida no documento 1.
- **3.** Compare as duas perspetivas sobre a política económica e social soviética de 1917 à década de 1930, expressas nos documentos 2 e 3, quanto a dois aspetos em que se opõem.

Na sua resposta, deve integrar excertos relevantes dos dois documentos.

4. Apresente duas medidas políticas adotadas pelo regime salazarista na década de 1930, sublinhando o carácter ditatorial que assumiram.

Uma das medidas deve ser articulada com a informação contida no documento 3.

5. Ordene cronologicamente os seguintes acontecimentos da história de Portugal e da Rússia / URSS na primeira metade do século XX.

Escreva, na folha de respostas, a sequência correta de letras.

- (A) Aprovação da Constituição Política do Estado Novo português.
- (B) Golpe de Estado militar que pôs fim à I República, em Portugal.
- (C) Destituição do Governo Provisório de Kerensky, na Rússia.
- (D) Criação do campo de concentração do Tarrafal.
- (E) Fim do «comunismo de guerra», na Rússia soviética.

Identificação das fontes

Documento 1 – *Diário de Lisboa*, 12 de fevereiro de 1924, p. 1, *in* http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05741.005.01153 (consultado em 08/01/2018) (adaptado).

Documento 2 – Diário de Notícias, 5 de março de 1931, p. 1 (texto adaptado).

Documento 3 – Avante, 16 de abril de 1931, p. 7, in www.ges.pcp.pt/bibliopac/imgs/AVT1003.pdf (consultado em 12/01/2018) (texto adaptado).

^{*} Órgão central do Partido Comunista Português (jornal clandestino).

GRUPO IV

PORTUGAL DOS ANOS DE 1960 A FINAIS DO SÉCULO XX: ENTRE O ISOLAMENTO E A PLENA INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE INTERNACIONAL

Documento 1

Distribuição geográfica do comércio externo português (1960-1992) (em %)

Importações	CE-6	CE-9	CE-12	AECL / EFTA	Ultramar- -PALOP
1960	38,3			20,0	14,4
1973		44,9		11,6*	10,1
1985			45,7	6,0	1,2
1992			73,8	6,0	0,5

Exportações	CE-6	CE-9	CE-12	AECL / EFTA	Ultramar- -PALOP
1960	21,4			20,6	25,6
1973		48,6		13,8*	14,8
1985			62,6	10,8	3,9
1992			75,2	8,7	5,4

CE (Comunidades Europeias) -6: Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Itália, França e República Federal da Alemanha.

AECL / EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre): Reino Unido, Dinamarca, Suécia, Suíça, Áustria, Noruega, Portugal, Finlândia e Islândia.

Documento 2

Portugal: o País que somos, o País que queremos – documento de reflexão da SEDES* (divulgado na imprensa em 07/08/1972)

A recente eleição presidencial [de Américo Tomás, em 25 de julho] é, a muitos títulos, significativa do estilo de vida que corremos o risco de nos propormos como nação para os próximos anos. [...] Não nos interessa ser espectadores, mesmo que muito atentos, do nosso próprio futuro. Importa-nos, sim, construí-lo ativamente. [...]

Desde 1960, abandonaram a metrópole um milhão e cem mil portugueses. Mais pobres ficamos enquanto um quinto da nossa população ativa foi ajudar a produzir os empresários de França e da Alemanha, dos EUA ou do Canadá. [...]

Ano a ano viemo-nos aproximando inevitavelmente da integração na Europa. [...] Aproximou-se do seu termo a experiência EFTA e impôs-se com total evidência a necessidade de associação ao Mercado Comum. [...]

CE-9: CE-6 com o Reino Unido, a Irlanda e a Dinamarca.

CE-12: CE-9 com a Grécia, a Espanha e Portugal.

^{*} Após a saída do Reino Unido e da Dinamarca da AECL / EFTA, no final de 1972.

Não é certamente por falta de recursos nem de capacidade técnica que não avançámos mais depressa e mais harmonicamente. [...] São abundantes os recursos financeiros não votados ao desenvolvimento [, sendo, por exemplo,] imperfeitamente orientadas as remessas dos emigrantes em prejuízo próprio, das suas regiões e do país em geral. [...] Em relação a inúmeras questões sectoriais e globais, foram sucessivamente arquivadas sugestões e propostas. A experiência dos diversos Planos de Fomento constitui experiência clara. [...] Em última análise, o verdadeiro entrave só poderá atribuir-se à baixa prioridade política que o desenvolvimento económico e social tem no nosso país. Em contraste, observa-se a excessiva polarização pelo problema ultramarino e a sobrevalorização da estabilidade, sistematicamente apresentadas como preocupações que devem monopolizar a atenção e a energia criadora dos portugueses. [...]

Temos de mudar radicalmente o nosso estilo de vida económica, social e política. [...] Não é aceitável um equilíbrio nacional baseado na anemia geral, na repressão e no enfraquecimento dos diversos participantes. [...]

Necessitamos de condições objetivas de desbloqueamento, que permitam ao país o desenvolvimento que queremos construir [...]: um Estado participado, que assegure a intervenção dos cidadãos no controlo dos negócios públicos, pela institucionalização de condições de efetivo exercício do pluralismo político [...]; uma informação ampla, pluralista e autêntica [...]; a garantia do exercício efetivo dos direitos fundamentais, designadamente de liberdade de expressão, de reunião e de associação, condição da própria realização das pessoas.

20

^{*} Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (1970), cujos estatutos foram assinados por 147 elementos da área liberal.

Independência de Moçambique, em 25 de junho de 1975, na edição do dia do *Diário de Notícias*



- **1.** A integração de Portugal na economia internacional, de que «ano a ano [nos viemos] aproximando» (documento 2), acentuou-se no decurso do 2.º Plano de Fomento, através da adesão
 - (A) à OECE e à OTAN/NATO.
 - (B) à AECL/EFTA e ao FMI.
 - (C) ao GATT e à ONU.
 - (D) ao BIRD e à CEE.
- 2. Os autores do documento 2 analisam alguns impactos internos e externos do fenómeno da emigração portuguesa na época.

Apresente:

- um argumento que sustente uma visão negativa sobre a emigração;
- um argumento que sustente a existência de efeitos positivos da emigração.

Fundamente a sua resposta com excertos relevantes do documento.

3. Associe cada uma das notas biográficas, presentes na coluna **A**, à personalidade que lhe corresponde, de entre as que constam na coluna **B**.

Escreva, na folha de respostas, apenas cada letra e o único número que lhe corresponde.

COLUNA A	COLUNA B	
(a) Militar com um papel decisivo no movimento do 25 de Novembro, que culminou na normalização democrática do país. Foi, depois, o primeiro presidente da República eleito.	(1) Otelo Saraiva de Carvalho	
(b) Militar, importante líder do 25 de Abril de 1974, chefiou o COPCON no período do PREC. Foi candidato à presidência da República.	(2) Vasco Gonçalves(3) António de Spínola(4) Fernando Salgueiro Maia	
(c) Militar, governador da Guiné durante a Guerra Colonial, liderou a Junta de Salvação Nacional, após o 25 de Abril de 1974. Foi nomeado presidente da República.	(5) António Ramalho Eanes	

- **4.** Identifique a Lei Fundamental que, mais tarde, veio a garantir em Portugal o «efetivo exercício do pluralismo político» e «dos direitos fundamentais, designadamente de liberdade de expressão, de reunião e de associação» (documento 2, linhas 27-30).
- 5. Desenvolva o tema *Portugal entre a continuidade e a mudança evolução política de finais da década de 1960 a finais da década de 1990*, abordando os tópicos de orientação seguintes:
 - prioridades do regime no período marcelista;
 - opções de política externa após o 25 de Abril.

Na sua resposta,

- analise os dois tópicos de orientação, apresentando três elementos para cada tópico;
- evidencie a relação dos elementos apresentados com o tema;
- integre, pelo menos, uma informação relevante de cada um dos documentos de 1 a 3.

Identificação das fontes

Documento 1 – José da Silva Lopes, «A Economia Portuguesa desde 1960», *in* António Barreto (org.), *A Situação Social em Portugal,* 1960-1995, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais UL, 1996, p. 294 (adaptado).

Documento 2 – Conselho Coordenador da SEDES, «Portugal: o País que somos, o País que queremos ser», 31/07/1972, *in* Emílio Rui Vilar e António Sousa Gomes, *Sedes: dossier 70-72*, Lisboa, Moraes, 1973, pp. 171-190 (texto adaptado).

Documento 3 – Diário de Notícias, 25 de junho de 1975, p. 1 (adaptado).

COTAÇÕES

Grupo	Item						
Grupo	Cotação (em pontos)						
I	1.	2.	3.				
	10	10	10			30	
II	1.	2.	3.				
	10	15	15			40	
111	1.	2.	3.	4.	5.		
III	10	15	15	15	10	65	
IV	1.	2.	3.	4.	5.		
	10	15	10	10	20	65	
TOTAL						200	